

**A IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL DO
PORTO DO AÇU E OS “DESTERRITORIALIZADOS” DO 5º DISTRITO DE
SÃO JOÃO DA BARRA**

Giovana de Fátima Viana dos Santos
Instituto Federal Fluminense
giovanadefatima14@hotmail.com

Zandor Gomes Mesquita
Instituto Federal Fluminense
zandormesquita@gmail.com

RESUMO:

O Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) é um empreendimento de grande porte na área de logística e está instalado na Região Norte Fluminense, no 5º distrito do município de São João da Barra (RJ). Para sua implementação uma articulação entre o público e o privado foi implementada, com o intuito de satisfazer suas necessidades, principalmente no que tange a área. Tal fato causou impactos nas dinâmicas territoriais do 5º distrito, gerando a desapropriação de diversos residentes. Em busca de entender as singularidades desse processo, o presente artigo, à luz do conceito de território, com ênfase nas discussões relacionadas a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, foca suas análises nos desapropriados do CLIPA. Para melhor compreensão do processo foram realizadas entrevistas com moradores afetados pelo processo de desapropriação.

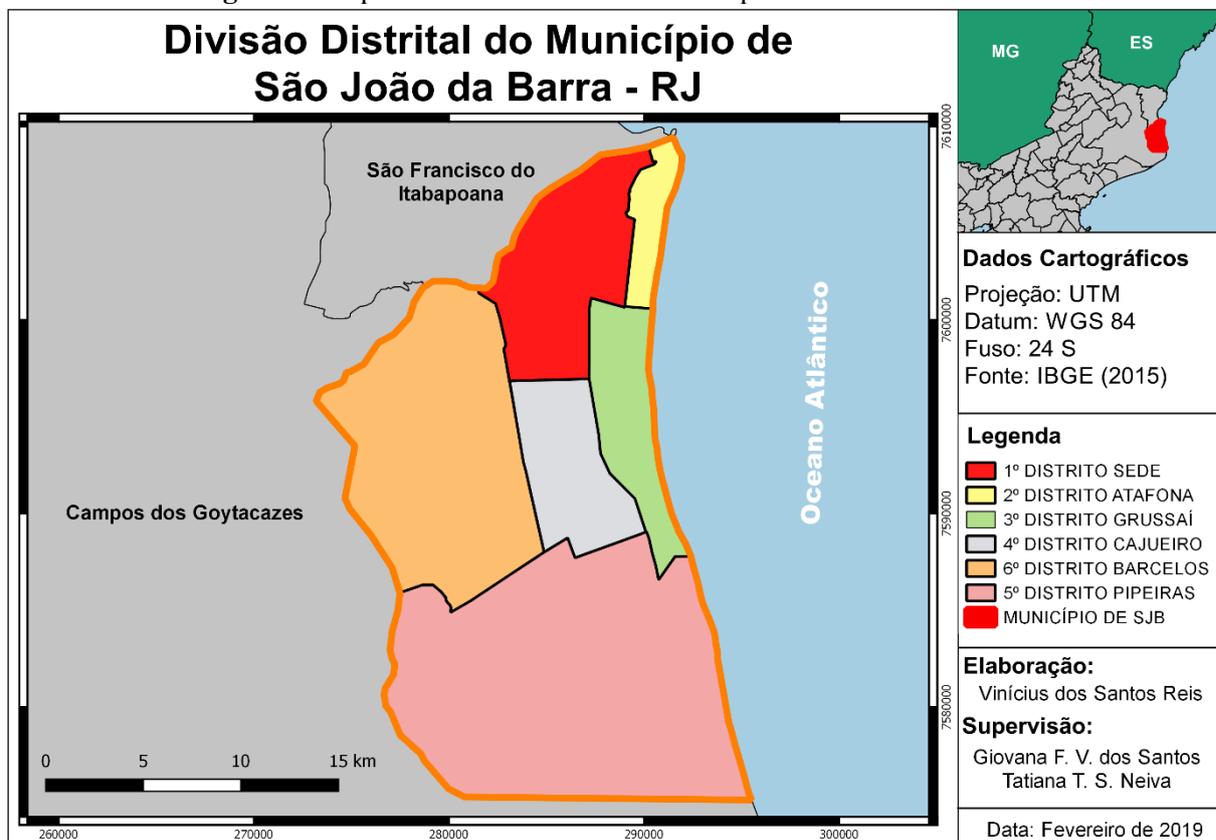
Palavras-chave: Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú; território; desterritorialização

GT – 12: Estado, grandes projetos e planejamento corporativo

1 INTRODUÇÃO

Grandes investimentos e empreendimentos vêm sendo implementados na Região Norte Fluminense com o intuito de gerar maior movimentação no setor de logística na região, trazendo grandes expectativas quanto a uma nova dinâmica na economia do Estado do Rio de Janeiro. Um desses empreendimentos é o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA), localizado no 5º distrito do município de São João da Barra (RJ).

Figura 1: Mapa da divisão distrital do município de São João da Barra



Fonte: SANTOS e NEIVA, 2019.

Para que esse projeto fosse executado deu-se início a um grande processo de desapropriação em São João da Barra, gerando mudanças nas territorialidades na área do 5º distrito deste município. A implementação dessa dinâmica afetou a vida dos moradores deste local, que tiveram sua rotina modificada pelo desenvolvimento de novas práticas relacionadas a criação do empreendimento, mas, principalmente, afetou aqueles residentes em áreas que foram alvos de desapropriação. É nesse ponto que o presente artigo foca, e têm-se o intuito de analisar o processo

de desapropriação de moradores do 5º distrito do município de São João da Barra em função da implementação do CLIPA. Para tanto, utilizou-se como base as discussões contidas no conceito de território, principalmente aquelas relacionadas a questão da territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Assim, os escritos do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert balizaram as análises que foram empreendidas.

Em busca de melhor compreender o processo foram feitas análises sobre as articulações que resultaram na implantação deste empreendimento, tendo como base informações e conteúdos disponíveis em blogs, entrevistas publicadas nas mídias em geral. Indo além, fez-se um levantamento de bibliografias e artigos acadêmicos que tiveram as questões relacionadas ao CLIPA como elemento de estudos, trabalhando as informações que derivaram dos mesmos. Para complementar as análises, realizou-se entrevistas com proprietários de terras do 5º distrito que foram diretamente afetados pelo processo de desapropriação.

Visando uma melhor compreensão destas questões, o presente artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente elaborou-se uma breve descrição sobre o CLIPA, ressaltando suas características, fazendo uma análise sobre os elementos que se fizeram presentes na escolha do local de instalação, desnaturalizando a escolha que foi feita (como se fazia presente no discurso oficial da empresa). Posteriormente, buscando bases para uma melhor compreensão das dinâmicas postas, fez-se uma discussão acerca dos conceitos que norteiam o desenvolvimento do trabalho, apresentando-os em suas respectivas perspectivas e dimensões. Por fim, a partir das questões conceituais, relacionando-as com as entrevistas realizadas com moradores afetados pelo processo de desapropriação, fez-se análises que buscavam melhor entender os impactos que foram gerados pela implementação dessa dinâmica, com o intuito de contribuir com o entendimento do processo e dar visibilidade aqueles que foram afetados.

2 SÃO JOÃO DA BARRA E O EMPREENDIMENTO DO COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL DO PORTO DO AÇU

O município de São João da Barra é sede do empreendimento desde o ano de 2007, quando o mesmo começou a ser instalado. De acordo com o RIMA do empreendimento, a escolha do 5º distrito do município de São João da Barra se deu em função de resultados de estudos técnicos iniciados em 1999 e realizados sob a supervisão da Secretaria Estadual de Energia, Industria Naval

e Petróleo. Tais estudos trabalhavam a viabilidade de construção de um terminal oceânico no Açú que teria um custo total repartido entre: governo estadual (responsável por 33%), empresas privadas (responsáveis por 51%) e Petrobras com uma participação minoritária no empreendimento (PESSANHA *et al*, 2014).

O Porto do Açú faz parte de um conjunto de investimentos na área de logística no país que têm como intenção principal a diversificação da estrutura espacial de desenvolvimento voltado para a questão portuária (PESSANHA *et al*, 2014). O CLIPA está em operação desde o ano de 2014 e possui uma área total de 130km² com 9 terminais divididos em área *onshore* e *offshore* onde movimenta-se cargas como granéis sólidos e líquidos, carga geral, petróleo e minério de ferro (PRUMO, 2019)¹. O que se encontra atualmente nas instalações do CLIPA é bem diferente do projeto inicial; a empresa EBX optou por aumentar o nível do empreendimento ao incluir novos investimentos com a criação de um distrito industrial voltado para diversos negócios, como siderurgia, construção naval, montadoras de automóveis, entre outros. Assim o projeto tornou-se um complexo portuário porto-indústria do tipo *Maritime Industrial Development Areas* (MIDAS) também denominado como Zona Industrial Portuária (ZIP) (PESSANHA *et al*, 2014).

Figura 2: Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú/2019



Fonte: <https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/>. Acesso em: 06/07/2019.

Uma das principais justificativas para a implantação do CLIPA na área do 5º distrito refere-se a questões relativas a uma certa expectativa de desenvolvimento regional gerado a partir da

¹ Disponível em: <https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/>. Acesso em: 01/07/2019

instalação do empreendimento. Além disso, de acordo com os discursos de implementação da empresa, o Porto do Açu reduziria a densidade dos fluxos econômicos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os quais tenderiam ao crescimento no interior do Estado, principalmente na Região Norte Fluminense, onde estaria localizado o empreendimento. Ainda segundo o empreendedor o Porto do Açu seria importante para o país no que diz respeito à infraestrutura logística de escoamento de produção principalmente do minério de ferro. O Porto do Açu inicialmente tinha como um dos objetivos principais escoar a produção de minério transportado da cidade de Conceição do Mato Dentro (MG) até a área do porto através de um mineroduto de 524km com capacidade para 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano (RIMA – Porto do Açu, 2010).

Os resultados do mencionado estudo técnico de engenharia que demonstravam a viabilidade para construção do Porto no 5º distrito (localidade do Açu) foram divulgados publicamente em reunião realizada na Associação Comercial de Campos (ACIC), no ano de 2000. O relatório do estudo concluía que na área do 5º distrito era viável a construção do terminal oceânico, com extensão de 1200 metros mar adentro, na área prevista no decreto nº25.455², de 28 de junho de 1999.

Desde a conclusão dos estudos técnicos de engenharia até o ano de 2006, a área prevista para desapropriação no decreto nº 25.455 de 28 de junho de 1999 não havia passado por nenhuma alteração relativa a implementação do CLIPA. Somente a partir do decreto nº 40.456³ de 22 de dezembro de 2006 é que a situação da área citada começa a passar por significativas mudanças, devido a concessão de tratamento tributário especial pelo período de 20 anos às empresas do Grupo MMX para a implementação do terminal portuário.

Além das supracitadas justificativas apresentadas por parte do empreendimento, há que se acrescentar outras informações relevantes para a análise de todo o processo de implementação do

² O decreto nº 25.455 formalizou os estudos técnicos de engenharia no Açu, sob supervisão da Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, e declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis na localidade do Açu. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/230243/decreto-25455-99>. Acesso em: 01/07/2019

³ No decreto nº 40.456 de 22 de dezembro de 2006, a então governadora, nas suas atribuições legais, concede às empresas MMX Mineração e Metálicos S.A., MMX Minas-Rio Mineração e Logística LTDA, MMX Metálicos Brasil LTDA, MPC – Mineração, Pesquisa e Comércio LTDA, e suas controladas e coligadas (Grupo MMX) tratamento tributário especial referente à área de implementação do Porto do Açu. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portaapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afzLoop=4837138500411225&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81223&_adf.ctrl-state=4y562ouhi_63. Acesso em: 01/07/2019

CLIPA, bem como a escolha do local para a construção do empreendimento. O primeiro fator a ser apontado é a questão referente à pouca valorização fundiária na área do 5º distrito, fato este que reduziria o custo do projeto para as empresas privadas, que como já foi citado anteriormente, eram responsáveis pela maior parte dos investimentos (51%). Além disso, na reunião pública realizada na ACIC, onde foi divulgado o resultado dos estudos técnicos de engenharia, o então secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, informou que a prefeitura de São João da Barra havia concedido isenções parciais de ISS e IPTU, formalizadas três anos depois através da Lei Municipal nº 032 de dezembro de 2003 (PESSANHA *et al*, 2014). Soma-se a essas questões os fatos explicitados pelo mandatário do empreendimento, Eike Batista⁴, acerca da escolha de sua instalação. Segundo o mesmo, o Norte Fluminense foi escolhido por ser o “Nordeste” do Rio de Janeiro, fazendo alusão a situação de precariedade na região e, por isso, as ações ali empreendidas seriam bem-vindas e logo aceitas, sem muita resistência.

Desta maneira, percebe-se que há um grande hiato entre aquilo que é propagado, buscando uma naturalização das escolhas, e as motivações que influenciam a escolha de determinado local para a instalação de um empreendimento desse porte. É a partir dessas justificativas que se coloca em discussão a questão da desapropriação ocorrida no 5º distrito do município de São João da Barra. Para realizar a análise deste fato serão apresentados e debatidos os conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização de acordo com Haesbaert (2004), buscando ressaltar as significativas alterações territoriais sofridas pelos proprietários desapropriados.

3. TERRITÓRIO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

O território é um dos conceitos basilares da Geografia, estando presente desde a conformação dessa área enquanto ciência, sendo, inclusive, importante para este processo. Contudo, suas questões e debates não são exclusivas da disciplina geográfica, com suas concepções e caracterizações sendo desenvolvidas por outros campos científicos. Com essa situação posta, ressalta-se que a polissemia é uma das marcas desse conceito e, o que poderia se apresentar como um problema, é, na verdade, o que a torna um importante elemento de análise, haja visto o leque de possibilidades de análise que ela expõe, enriquecendo os estudos.

⁴ Essas informações foram expostas em entrevista concedida a João Dória no programa Show Business este encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q_sfd4UgjBA. Acesso em: 06/06/2019

De maneira geral, no nosso cotidiano, território vai sempre estar associado a um recorte da superfície terrestre. Tal acepção tem ligação direta com a gênese do termo, do latim “*territorium*”, que de acordo com o Dicionário Aurélio (1999), significa grandes extensões de terra, juridicamente atribuída a uma figura institucional que controla a força policial, que abarca porções terrestres, espaços aéreos que são caracterizados pela contiguidade. Por esta perspectiva, é possível perceber como este, no senso comum, acaba assumindo características referentes a território nacional, onde um Estado exerce poder. Contudo, na ciência geográfica, o território possui definições que vão além das questões relativas ao poder exercido pelo Estado sobre uma porção de terra, apesar de ser isso também. Ao longo da consolidação da Geografia como ciência o território foi abordado de diversas formas, variando de acordo com o contexto ao qual era inserido.

Haesbaert (2004) chama atenção para o fato de que o território pode ser abordado por diferentes dimensões, que podem ser tanto físicas quanto sociais, estando diretamente associado ao contexto na qual se desenvolve. Para este autor, quando o território é caracterizado tendo como base sua dimensão política, a questão das relações de poder que o compõe é ressaltada, sendo concebido como um espaço delimitado e controlado. Contudo, cabe destacar que nem sempre este controle está associado ao Estado, podendo ser exercido por qualquer outro ator que territorializa determinado espaço.

Outra perspectiva de abordagem do território está associada às questões culturais. Para Haesbaert (2004), por esta dimensão o território pode assumir uma condição mais subjetiva, resultante de uma territorialização simbólica realizada por um grupo que seleciona aquele espaço para ser seu território vivido. Assim, as discussões se aproximam com o conceito de paisagem cultural presentes nos estudos geográficos a partir da década de 1970, onde a superfície terrestre é caracterizada pelas relações que são estabelecidas por determinado grupo, que a compõe e ressignifica, deixando marcas sobre a mesma e, concomitantemente, sendo influenciado por ela.

Por fim, Haesbaert (2004) ainda chama atenção para a dimensão econômica que compõe o território. Tendo esta perspectiva em vista, o território é caracterizado a partir da sua relação com o capital e com o modo de produção capitalista que lhe conforma. Desta maneira, as relações econômicas e os processos produtivos são enfatizados e o território é visto como um meio de otimizar as dinâmicas relacionadas a esse processo, ou como uma resultante do desigual estágio que está na base das suas ações, ou ainda, o território passa a ser visto como uma barreira a ser

superada, na medida em que as fronteiras que delimitam o território devem ser gradativamente superadas em função da maior circulação das mercadorias.

Neste sentido, Santos (1998) afirma que a noção antiga sobre território relacionado à Estado Territorial evoluiu para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Desta forma, pode-se compreender o território da era pós-moderna como influenciado pelo processo de globalização que traz consigo grande fluxo de tecnologia e informação. Assim, este conceito é conformado e se concretiza enquanto um espaço modificado pela ação humana, que o territorializa.

Mesmo ressaltando todas essas diferentes caracterizações que estão presentes nas discussões acerca do território, Haesbaert (2004) chama atenção para o fato de que não há a melhor dimensão a ser utilizada ou só uma se apresenta como correta. Os caminhos que devem ser seguidos variam de acordo com o objeto a ser pesquisado, com o pesquisador buscando e estruturando sua base analítica com o intuito de melhor apreender as dinâmicas que compõe o fenômeno estudado.

Tomando como base o conceito de território para compreender a desterritorialização, entende-se que os dois estão interligados, logo, a dimensão que será preconizada em uma influencia diretamente a outra. Desta maneira, Haesbaert (2004) chama a atenção para a existência de três dimensões sociais da desterritorialização: a dimensão econômica; a dimensão política; e a dimensão simbólica ou cultural. Estas dimensões serão importantes na compreensão dos processos que são base para os debates empreendidos neste artigo.

Sob o ponto de vista econômico, Haesbaert (2004) ressalta três diferentes perspectivas da desterritorialização: desterritorialização como sinônimo de globalização, onde é formado um mercado mundial a partir do fluxo financeiro, comercial e informacional que dependem cada vez menos de delimitações territoriais; desterritorialização a partir do capitalismo pós-fordista, que ao estruturar a economia enfraqueceu as bases territoriais, principalmente nas questões relativas a localização das empresas e as relações de trabalho; e desterritorialização vinculada ao setor financeiro, quando a instantaneidade decorrente da imaterialidade faz com que o capital circule de forma mais livre por não depender dos entraves materiais causados pela distância.

De acordo com Haesbaert (2004) “(...) o modo de produção capitalista ‘desterritorializa’ os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica” (HAESBAERT, 2004; p. 174). Assim, pode-se dizer que, como aponta o autor, as grandes

empresas capitalistas, sem uma base territorial delimitada (porque é mais viável não tê-la), recorrem a estratégias territoriais para apropriação de benefícios a seu favor. Estas estratégias territoriais estão ligadas, principalmente, aos domínios geográficos, e, de maneira contraditória, tem no Estado um dos principais agentes, com o mesmo agindo na defesa dos interesses públicos e privados, concomitantemente.

Estas questões sobre a relação contraditória entre o Estado com as dinâmicas territoriais capitalistas coloca em evidência questões relativas a políticas a nível nacional, regional e local que criam ambientes atrativos para a instalação de grandes empresas. Essa atração geralmente se dá a partir da redução ou criação de condições especiais de barreiras tarifárias, disponibilidade de força de trabalho de baixo custo e não organizada, infraestrutura, entre outros fatores (HAESBAERT, 2004). Desta forma, como aponta o autor, os poderes Estatais acabam por disputar as melhores condições para atrair empresas, gerando o fenômeno conhecido como “guerra de lugares”⁵. Por esta perspectiva, a desterritorialização economicista acaba tratando o processo de forma parcial, unilateral e a-histórica, sem considera-lo como um processo de exclusão socioespacial.

Uma perspectiva da desterritorialização diretamente ligada à econômica é a perspectiva política. Esta relaciona, de forma mais acentuada, o espaço ao poder, ressaltando a concepção de território relacionada a área de soberania Estatal. Ao apresentar esta perspectiva, Haesbaert (2004) aponta que Deleuze e Guatarri consideram uma interpretação em que o Estado aparece na posição de agente desterritorializador. Assim, o Estado seria o agente responsável pela primeira grande desterritorialização (das comunidades pré-capitalistas), ao dividir a terra para organizá-la administrativamente (HAESBAERT, 2004). Desta forma, de acordo com Haesbaert (2004), o Estado atua de forma ambígua perante o território: ora destruidor de territorialidades, ora fundador de novas territorialidades.

A desterritorialização numa perspectiva política também está ligada a questões de perda da soberania dos Estados decorrente da maior intensidade do fluxo de capital e informação no mundo globalizado e a presença de corporações transnacionais no território. Estas corporações acabam exercendo uma espécie de poder paralelo no território, gerando o enfraquecimento das fronteiras Estatais (HAESBAERT, 2004). Assim, percebe-se que o capital, atualmente, exerce influência na

⁵ Haesbaert (2004) utiliza este conceito de Santos (1996) para explicar a disputa por parte das administrações públicas para atrair empresas.

configuração territorial de maneira muito intensa, retirando essa autonomia antes estabelecida pelo Estado.

Vale ressaltar que todas as ações realizadas no território são produtoras de significados e sentidos e, por isso, todos os fenômenos econômicos e políticos possuem uma essência cultural. A partir dessa questão, Haesbaert (2004) chama atenção para a desterritorialização numa perspectiva cultural. Por esta via, o autor desenvolve essa visão material simbólica da desterritorialização como uma cultura política.

Para Haesbaert (2004) a desterritorialização não está relacionada apenas às questões referentes ao final de fronteiras e livre atuação do mercado. Este processo “(...) não passa de um rearranjo territorial sob condições de grande compressão do espaço-tempo” (HAESBAERT, 2004; p. 367). Desta forma, a reterritorialização (ou territorialização) dos detentores de maior volume de capital acaba se dando em função da desterritorialização dos mais pobres, gerando cada vez mais problemas relativos à desigualdade socioespacial (HAESBAERT, 2004).

Os moradores afetados pelo processo de desapropriação em função da construção do CLIPA passaram pelo processo de desterritorialização e também reterritorialização, ao serem realocados no reassentamento rural da Vila da Terra. Haesbaert (2004) aponta que uma perspectiva de análise da desterritorialização não exclui a outra, e isto é algo que é levado em conta na análise feita neste artigo sobre o processo de desapropriação no 5º distrito.

Neste sentido, pode-se afirmar que os desterritorializados e todo o processo em questão, são analisados a partir das três perspectivas da desterritorialização apontadas por Haesbaert (2004). Empresas transnacionais, através de articulações junto ao Estado (poder político), em defesa do capital privado, causam alterações significativas na dinâmica territorial do 5º distrito do município de São João da Barra ao gerar o processo de desterritorialização dos moradores da região para a construção do Distrito Industrial e implementação do CLIPA. Os residentes da área afetada por todo este processo são atores que num dado momento territorializaram a área de suas propriedades e assim produziram no local significados, símbolos e, conseqüentemente, cultura. Desta forma, conclui-se que este processo de desterritorialização deve ser analisado tendo como base as perspectivas econômica, política e cultural, sendo uma complementar a outra.

4. OS DESTERRITORIALIZADOS

O projeto do CLIPA demandou um grande quantitativo de terra, que em sua totalidade constitui cerca de 1/3 de todo o município de São João da Barra. Essa demanda de terra gerou um processo de desapropriação de uma extensa área do 5º distrito do município. Assim, diversas famílias são-joanenses saíram do seu local de moradia, sendo desapropriadas através de decretos. Os moradores foram removidos através de ações realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN).

Estes moradores eram, em sua maioria, produtores rurais que dependiam da renda proveniente do que produziam em suas terras. Este foi um dos fatores que geraram grande impacto nas famílias desterritorializadas. Além disso, muitos moradores residiam no local onde outras gerações de suas famílias viveram e, por isso, aquele território possui para eles um significado relativo à identidade construída no local onde residiam. Esse entrelaçar da dinâmica econômica e cultural foi muito perceptível nas ações de desapropriação.

Com o objetivo de realocar as famílias desapropriadas, a empresa responsável pelo empreendimento realizou a construção da Vila da Terra, um programa de reassentamento rural (com função de medida mitigatória, segundo a empresa LLX – antiga responsável pelo empreendimento) realizado em parceria com a Prefeitura de São João da Barra e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN). Este programa, inicialmente, era destinado a alocar 90 famílias desapropriadas pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra. Cada propriedade da Vila conta com uma área mínima de 2 hectares, uma casa (com móveis e eletrodomésticos) medindo entre 68 e 109m². Ao todo a Vila possuiria 53 Residências.⁶ No ano de 2011, quando a Vila da Terra foi inaugurada, 36 residências haviam sido construídas⁷. De acordo com as informações disponíveis na plataforma digital do Porto do Açú, a Vila da terra conta com iluminação pública, rede de esgoto, ruas pavimentadas e quadra esportiva, além de programas de monitoramento social e apoio agrícola.

Com o objetivo de compreender como ocorreu o processo a partir do ponto de vista dos moradores desapropriados, foram realizadas entrevistas com os mesmos. Tais entrevistas foram baseadas em um roteiro que possibilitou abrir novas perguntas, seguindo novos rumos de acordo

⁶ Informações disponíveis em: <https://portodoacu.com.br/vila-da-terra/>. Acesso em: 04/07/2019

⁷ Informação disponível no Blog do Roberto Moraes: <http://www.robertomoraes.com.br/2011/10/vila-da-terra-e-inaugurada-na-fazenda.html>. Acesso em: 06/07/2019.

com as informações que os entrevistados iam fornecendo. Os entrevistados foram divididos em dois grupos distintos: os moradores que aceitaram sair de suas terras e receber uma propriedade na Vila da Terra; e os moradores que não concordaram com o processo de desapropriação (sendo que alguns ainda residem na área destinada à construção dos Distrito Industrial de São João da Barra amparados por decisões judiciais).

A partir das entrevistas foi viável analisar a atual situação dos moradores atingidos pelo processo de desapropriação. Ao realizar as entrevistas os principais objetivos foram: coletar informações sobre como ocorreu todo o processo de desapropriação; entender os impactos gerados pela instalação do CLIPA na vida dos moradores do 5º distrito (a partir da visão dos moradores); compreender os fatores que levaram os moradores a concordar ou não com o processo de desapropriação e o reassentamento na Vila da Terra; captar como foi o processo de adaptação na Vila da Terra e quais eram as expectativas com o novo local de moradia (e se as mesmas foram atendidas); e conhecer os aspectos das mudanças causadas pela implementação do CLIPA no município.

Foram escolhidos três moradores⁸ para responder as perguntas, sendo dois deles residentes na Vila da Terra e uma que permanece na sua propriedade na área demarcada para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra. A partir das informações coletadas com os entrevistados será feita a seguir uma análise comparativa sobre o processo de desapropriação, apontando os principais pontos abordados durante as entrevistas.

Noêmia Magalhães, reside no Sítio do Birica, (propriedade localizada na área de desapropriação no 5º distrito. Segundo a moradora, sua permanência no local se dá em função de diversos trâmites judiciais que são favoráveis à ela, principalmente, devido a mesma possuir escritura da propriedade onde reside. Ela relatou que esta decisão de permanecer no Sítio fez com que ela recebesse ameaças das mais variadas formas. Noêmia afirmou ter 4 boletins de ocorrência registrados na delegacia de polícia devido situações que viveu como, por exemplo, quando homens armados a abordaram no portão de sua casa na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) e furtaram seu carro afirmando, segundo a moradora: “Sai desse carro e sai dessa luta, vai perder o carro e pode perder a luta” (Informação verbal)⁹.

⁸ As entrevistas com os moradores foram gravadas, mediante prévia autorização dos mesmos. Todos os entrevistados autorizaram a divulgação de seus nomes no trabalho.

⁹ Entrevista concedida por Noêmia Magalhães no dia 02/02/2019.

Dona Noêmia reside no Sítio do Birica há 22 anos. Em busca de uma vida tranquila, em um local próximo a natureza com área suficiente para plantar a própria alimentação, Noêmia e seu esposo escolheram a propriedade no 5º distrito de São João da Barra para morar após a aposentadoria de ambos. Por isso, decidiram que o sítio seria 100% orgânico com uma variedade de plantações e também gerador de empregos para pessoas que residiam nas proximidades. Desta forma, a moradora percebeu um impacto ambiental logo com o início das obras de implantação do CLIPA. Este impacto consiste no processo de salinização do solo gerado pela retirada de areia do mar que foi depositada nas proximidades de sua propriedade.

A moradora afirmou que o vínculo com o Sítio tornou-se intenso com o passar dos anos. Durante a visita ao sítio para a entrevista a mesma mostrou árvores de pau-brasil que foram plantadas em homenagem aos seus netos e a filhos de amigos próximos. Ela também nos apontou árvores que foram plantadas em homenagem aos amigos do casal. Durante este momento da entrevista foi possível perceber a ligação afetiva que a moradora possui com a propriedade, assim como a produção de símbolos e significados pela mesma perante as terras.

A entrevistada foi indagada sobre as expectativas que possuía com a chegada do Porto do Açú. Sobre este questionamento ela respondeu que ficou satisfeita com a notícia, pois seria uma forma que os seus amigos agricultores do 5º distrito teriam para aumentar a venda da produção de frutas e verduras. Imaginou que os produtores rurais da região poderiam vender seus produtos na beira da estrada, já que teria uma maior movimentação no distrito, e assim melhorar suas rendas mensais. Porém, ela afirmou que ficou assustada com a notícia que ela e os demais moradores seriam removidos do local.

Sobre o processo de desapropriação, Noêmia afirmou não ter sido notificada com antecedência e que o procedimento foi realizado de forma arbitrária e desenfreada. A moradora relatou que as desapropriações só ocorreram devido a tramitações entre os governos municipal, estadual e federal em favor do capital privado. Além disso, a mesma afirmou durante a entrevista que os valores oferecidos pelos lotes são irrisórios e que a análise inicial do terreno foi realizada por um técnico da própria CODIN, o que ela julga incorreto, já que a análise da propriedade deveria ser realizada de forma imparcial.

Noêmia relatou que quando soube do processo de desapropriação, marcou uma reunião com os moradores da área em questão, através da rádio onde realizava programas semanais com o

secretário de agricultura. Nesta reunião a mesma afirma que 200 pessoas interessadas no assunto marcaram presença, e foi fundada a ASPRIN (Associação de Proprietários Rurais e de Imóveis de São João da Barra), com o objetivo de apoiar aqueles que estavam perdendo suas terras de forma injusta. Posteriormente uma segunda reunião foi marcada, onde compareceram 1500 pessoas, incluindo figuras políticas e a mídia.

A ASPRIN recebeu a mídia como uma grande aliada da causa pela qual luta, pois os principais veículos de comunicação da região passaram a noticiar a real situação dos moradores atingidos pela desapropriação no 5º distrito (exceto alguns que assumiram o discurso do empreendimento).

Vale ressaltar que há uma parcela dos moradores afetados pelo processo de desapropriação para a instalação do CLIPA no 5º distrito de SJB que possuem uma visão diferenciada sobre a questão. Para compreender esse outro ponto de vista foram realizadas duas entrevistas com moradores que aceitaram o acordo com a empresa responsável pela implementação do Porto e foram residir no reassentamento rural Vila da Terra.

Os dois moradores possuem algumas características em comum, sendo a mais marcante o fato que os dois tinham suas rendas provenientes da agricultura familiar. Quando se deu o processo de desapropriação na área em questão os dois moradores produziam frutas e verduras para vender. O Maurício, após se mudar para a Vila da Terra optou por abrir seu próprio comércio (um pequeno material de construção, localizado no lote recebido na Vila), enquanto o Manoel permaneceu trabalhando na terra.

Os dois moradores nasceram no 5º distrito do município de São João da Barra, assim como suas gerações anteriores. Portanto, as propriedades onde moravam antes de residir na Vila da Terra, foram passadas de pai para filho por várias gerações, onde sempre tinham renda proveniente da terra. Porém, os dois moradores afirmaram que a terra onde moravam não era boa para o plantio, ao contrário da terra do lote recebido na Vila da Terra que, segundo os moradores, é melhor pois é “terra preta” (Informação verbal)¹⁰.

¹⁰ Entrevista concedida por Maurício (morador do reassentamento rural da Vila da Terra) no dia 26/01/2019.

O entrevistado Manoel Toledo (residente da Vila da Terra) afirmou que vem obtendo grandes colheitas depois que passou a produzir no reassentamento rural, e vende parte do que produz para o município oferecer como merenda escolar e outra parte é vendida na feira do Porto¹¹.

Durante a visita ao reassentamento rural da Vila da Terra foi possível observar que diversas casas estavam vazias e até mesmo com placa “vende-se”. Por isso, uma das perguntas feitas aos moradores durante as entrevistas foi sobre este fato intrigante. Os entrevistados responderam que uma parte das famílias que se mudaram para a Vila da Terra não estão mais residindo no local, pois não se adaptaram à mudança e alguns até venderam seus lotes¹².

Uma outra questão abordada durante a entrevista foi referente à documentação dos lotes recebidos pelos moradores. Estes alegaram que receberam uma declaração de posse assinada pelo Governo Federal, e até a data da entrevista não haviam recebido um documento definitivo (escritura). Segundo os moradores, existe um enclave com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a liberação da escritura. De acordo com os entrevistados, todo o processo de emissão de documentação definitiva dos lotes estava sob responsabilidade da empresa responsável pelo Porto. Assim, é possível concluir que os mesmos permanecem numa certa instabilidade em relação a documentação da propriedade.

Além da já citada questão referente a documentação, vale ressaltar que, segundo Ana Maria Costa¹³, a área da Vila da terra não pertence a empresa Prumo, já que existe apenas um acordo formal entre os donos da terra e a empresa. A área pertence ao Grupo OTHON/Usina Barcelos, que ao decretar falência as terras foram destinadas, em forma de pagamento das dívidas trabalhistas, aos antigos trabalhadores da empresa.

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados quanto a expectativa com a chegada do Porto no município. Os mesmos afirmaram que inicialmente ficaram um pouco apreensivos com relação a desapropriação, mas após conhecerem o projeto do CLIPA e também o projeto de reassentamento rural promovido pela empresa, ficaram mais confiantes quanto as medidas que estavam sendo tomadas e acreditaram que a situação levaria melhorias para a região

¹¹ Manoel Toledo afirmou que ocorre uma feira no Porto do Açú onde os produtores rurais do 5° distrito vendem sua produção (Informação verbal – entrevista concedida por Manoel Toledo no dia 26/01/2019).

¹² Uma questão que é importante destacar, já que os moradores da Vila da Terra possuem apenas documentação de posse das terras. Essa questão será debatida adiante.

¹³ <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508033-a-unica-presenca-do-poder-publico-no-vdistrito-de-acu-e-a-da-policia-militar-entrevista-especial-com-ana-maria-costa>. Acesso em: 11/02/2019.

e para os moradores do 5° distrito (como, por exemplo, geração de emprego e renda). Além disso, os dois entrevistados afirmaram estar mais satisfeitos com as moradias que possuem na Vila da Terra que com as antigas moradias, e que as instituições básicas (como escola, posto de saúde e transporte público) estão cada vez mais próximas¹⁴.

Por fim, os moradores fizeram questão de ressaltar que receberam tudo conforme o combinado com a empresa e que não tinham outra opção a não ser sair da propriedade onde residiam, pois precisavam de uma moradia e uma terra para produzir o sustento da família. Associa-se esta fala final as informações que foram sendo dadas ao longo da entrevista uma certa necessidade de exaltar as ações do empreendimento, como se fosse uma missão que lhe cabe, tendo que cumpri-la.

Com o intuito de melhor entender as respostas, elaborou-se um quadro comparativo onde foi organizado as informações obtidas. Acredita-se que dessa maneira há melhor possibilidade de analisar as questões referentes a desapropriação no 5° distrito do município de São João da Barra.

Quadro 1: Síntese e comparação das informações passadas pelos entrevistados

	Noêmia Magalhães	Maurício e Manoel
O processo de desapropriação	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi notificada com antecedência; - Procedimento realizado de forma arbitrária; - Valores irrisórios oferecidos pelo lote. 	<ul style="list-style-type: none"> - Souberam com antecedência e buscaram mais informações sobre o assunto; - Aceitaram o acordo com a empresa responsável pelo CLIPA.
Os impactos causados na vida dos moradores	<ul style="list-style-type: none"> - Intranquilidade quanto sua segurança; - Processo de salinização que afetou a produção de alimentos no Sítio do Birica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Residência melhor; - Aumento da produtividade; - Melhor infraestrutura; - Proximidade de serviços públicos.
Os fatores que levaram ou não os moradores a aceitarem o acordo com a empresa responsável pelo CLIPA	<ul style="list-style-type: none"> - Acredita ser um processo injusto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Afirmaram não ter outra opção; - Expectativa de melhoria de vida.
A adaptação na Vila da Terra	-	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para se adaptar com o novo local apenas no início; - Logo perceberam que estavam num local melhor.

¹⁴ Vale ressaltar que com relação a proximidade do posto de saúde os moradores fizeram uma crítica quanto a demora da obra de construção do posto de saúde mais próximo da Vila da Terra.

Documentação da propriedade/lote	- Escritura	- Posse (aguardando emissão da escritura)
Fonte de renda (antes da desapropriação)	- Aposentadoria	- Renda proveniente da agricultura familiar
Qualidade da terra do 5º distrito de SJB para plantação	- Boa qualidade (atualmente prejudicada pelo processo de salinização)	- Qualidade ruim na área onde residiam antes (terra arenosa); - Boa qualidade na Vila da Terra (“terra preta”).

Fonte: Autores

Após a observação do quadro, é possível concluir que os moradores divergem em suas opiniões e relatos sobre a desapropriação no 5º distrito do município de São João da Barra para a construção do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú. Enquanto os dois moradores da Vila da Terra exaltam a atuação do CLIPA, Dona Noêmia enfatiza os malefícios pelos quais o processo a fizeram passar. As respostas seguem a representatividade de cada atingindo pela desapropriação, com os dois moradores que foram desterritorializados agindo em prol da empresa, estreitando seus laços (tanto que existe uma feira da roça dentro da área produtiva do empreendimento e estes moradores coordenam esse evento), e a Dona Noêmia sendo o símbolo da resistência, não sendo desterritorializada (se essa ação estiver relacionada a mudança de local, mas com uma intensa mudança a sua volta, ao ponto de parecer que o lugar que ela cresceu tivesse ido para longe de sua moradia), mas sendo intensamente afetada. De toda maneira, as informações apresentadas demonstram que todos os moradores sofreram de alguma forma os impactos causados pela implementação do CLIPA no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das informações coletadas nas entrevistas com os moradores afetados pelo processo de desapropriação nos leva a concluir que a construção do CLIPA no 5º distrito do município de São João da Barra trouxe significativas mudanças para os que ali residem. Porém, cada morador compreende estas mudanças de uma forma, variando de acordo com a realidade vivida por cada um e os laços desenvolvidos.

Dona Noêmia Magalhães compreende o processo de uma forma, acreditando que as desapropriações foram realizadas arbitrária e injustamente, em favor do capital privado. Além

disso, a mesma também considera que as alterações ambientais foram muito impactantes para a região em questão.

Por outro lado, os residentes da Vila da Terra, Maurício e Manoel, que aceitaram o acordo com a empresa de receber um lote de terras com uma casa mobiliada, afirmam que o CLIPA trouxe significativas melhorias para suas vidas, assim como para todo o município de São João da Barra. Mas, indo de encontro com algumas afirmações feitas pelos moradores, ao observar a Vila da Terra foi possível constatar que algumas questões referentes ao reassentamento rural não são como descritas pela empresa responsável como, por exemplo, a área de lazer da Vila, que ainda não havia sido entregue para uso dos moradores. Outra questão intrigante refere-se ao atendimento médico mais próximo que está localizado no Distrito de Barcelos (distrito vizinho ao 5º distrito de SJB), necessitando de um carro para chegar até o posto de atendimento. Um posto de saúde estava em construção próximo à Vila, mas a obra ainda não havia sido concluída até o mês de janeiro de 2019, quando as entrevistas foram realizadas.

Os resultados obtidos através desta pesquisa nos mostram que o CLIPA alterou a dinâmica do município de São João da Barra, principalmente devido ao fato de ocupar uma extensa área. Ao realizar uma visita ao local foi possível observar que a área objeto de desapropriação não foi totalmente utilizada pelo CLIPA. Após observações realizadas, percebeu-se que a área utilizada para a construção do empreendimento constitui uma pequena porção das terras direcionadas ao Distrito Industrial de São João da Barra.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PESSANHA, R. M.; GOMES FILHO, H.; QUINTO JÚNIOR, L. P.; SILVA NETO, R.; OLIVEIRA, F. G. A gênese do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 153-181, mai-ago/2014.

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Consultoria Ambiental Ltda. – CAL. **MMX. MPC – Mineração, Pesquisa e Comércio Ltda.** Volume único, agosto, 2006.



Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. ECOLOGUS Engenharia Consultiva Ltda. **LLX Açú Operações Portuárias S/A, Porto do Açú, Pátio Logístico e Operações Portuárias**, 2010.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, G. F. V.; NEIVA, T. T. S.; **A implementação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú e o processo de desterritorialização e reterritorialização dos moradores do 5º distrito do município de São João da Barra**, 2019. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.